



Defesa Civil na Educação – Conhecer para Prevenir – (CPP).

Mostra Local de: Curitiba e Região Metropolitana

Categoria do projeto: I – Projetos em andamento (projetos em execução atualmente)

Nome da Instituição/Empresa: Prefeitura Municipal de Curitiba

Cidade: Curitiba-PR.

Contato: cpp@sme.curitiba.pr.gov.br

Autor (es): Prefeitura Municipal de Curitiba, através da Secretaria Municipal da Educação (SME) e da Secretaria Municipal da Defesa Social (SMDS).

Equipe: •Inspetor Nelson de Lima Ribeiro – Chefe de Operações da Defesa Civil - Especialista em Defesa Civil
•Maria Cristina Brandalize – Diretora do Departamento de Logística da SME – Psicóloga
•Inspetor João Batista dos Santos – Coordenador Técnico de Defesa Civil

Parceria: Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal da Defesa Social

Objetivo(s) de Desenvolvimento do Milênio trabalhado(s) pelo projeto:

RESUMO

O objetivo é a implementação, na Rede Municipal de Ensino, de práticas de prevenção a qualquer tipo de emergências e estímulo dos bons hábitos de proteção, minimizando prejuízos e danos, propiciando segurança e preservação à vida da comunidade escolar, com ênfase às crianças e estudantes.

As crianças e estudantes recebem informações sobre a percepção de riscos, meios de prevenção, conceitos de defesa civil e conhecem os principais fenômenos naturais, deste modo, despertando nos futuros agentes mirins de defesa civil, a consciência de preservação do meio ambiente, prioritariamente dos recursos naturais: água, ar e solo. Professores, Educadores e Funcionários das unidades participantes são capacitados em Prevenção e Combate a Incêndios e Primeiros Socorros. Seu ápice é a simulação de abandono seguro do local em situações emergenciais, priorizando a vida.

MOSTRA DE PROJETOS 2013

Palavras-chave: Defesa, Educação, Conhecer, Prevenir, Proteção

INTRODUÇÃO

Através do Decreto Federal n.º 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, foi organizado o Sistema Nacional de Defesa Civil, buscando, assim, a perfeita consonância com os preceitos da doutrina nacional de proteção global das populações.

No Município de Curitiba, a Defesa Civil foi criada pela Lei Municipal n.º 6.725, de 18 de Setembro de 1985, Decreto Municipal n.º 219, de 21 de Março de 1986, quando foi estabelecida a Comissão Municipal de Defesa Civil (Comdec).

Em 2005, tendo como orientação as diretrizes da Política Nacional de Defesa Civil a serem adotadas por todos os órgãos do Sistema Nacional de Defesa Civil e estabelecimento dos princípios fundamentais sobre o assunto, em âmbito municipal, foi criada, através da Lei Municipal 11645, a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Curitiba (Comdec Curitiba), para atuar na prevenção de riscos, preparação frente a ameaças, bem como na resposta aos desastres e recuperação do cenário atingido, caso estes venham a se concretizar, articulando a sociedade e o poder público para o bem-estar social. Também, nesse mesmo ano, iniciou o Projeto Defesa Civil na Educação – Conhecer para Prevenir (CPP).

1. JUSTIFICATIVA: A falta de ação preventiva e preparação para os desastres é um problema citado por todos os operadores da defesa civil mundialmente. As pessoas no mundo inteiro se acostumaram a viver sem se preocupar com os bons hábitos de auto-proteção e segurança coletiva.

O ambiente escolar também sofre com isso pois, tanto professores, funcionários e os próprios estudantes, não possuem uma cultura de prevenção e nem tampouco, percebem o risco do ambiente em que se encontram. Diante disso, se faz necessário que, a partir do ambiente escolar, haja a propagação desse conhecimento em Defesa Civil, Percepção de Risco e Cuidados com o Ambiente em que estudam, trabalham e vivem, proporcionando maiores e melhores chances para a preservação da vida e minimização dos danos e prejuízos que possam vir a ocorrer, diante de possíveis Incidentes ou Desastres.

2. OBJETIVO GERAL: Implementar, na Rede Municipal de Ensino, práticas de prevenção contra acidentes e outros tipos de emergências, preparando a comunidade escolar, crianças e estudantes, estimulando bons hábitos de auto-proteção.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: •Promover a mudança cultural através da educação, esclarecimento e orientação, a respeito da conceituação e importância das atividades de defesa civil, utilizando a unidade escolar como foco irradiador.

MOSTRA DE PROJETOS 2013

- Oferecer subsídios didático-pedagógicos para divulgar os fundamentos de Defesa Civil com vistas, sobretudo, à prevenção de acidentes e emergências nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e na comunidade.
- Preparar a comunidade escolar para enfrentar situações de emergências causadas por acidentes nas unidades, a fim de evitar danos e prejuízos.
- Motivar a comunidade a se envolver em todas as fases da defesa civil (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação), propiciando a auto-proteção da população.

4. METODOLOGIA:

1º. Reunião inicial do Grupo Gestor

2º. Capacitação da Equipe Gestora Regional

3º. Reunião com a Direção da Unidade

4º. Sensibilização e Orientação das Equipes (Combate, Socorro e Abandono)

5º. Apresentação às crianças e estudantes

6º. Apresentação aos familiares

7º. Apresentação aos vizinhos da Unidade

8º. Realização de atividades pedagógicas

9º. Capacitação aos servidores que compõe as Equipes (Combate, Socorro e Abandono)

10º. Realização de Exercícios e Simulados

11º. Evento anual de encerramento

12º. Reunião de Avaliação do Grupo Gestor

5. MONITORAMENTO DOS RESULTADOS: Ao final do ano letivo, todas as Unidades de Ensino da SME, com o CPP implantado, preenchem uma tabela chamada de “Perfil das Unidades”. Essa tabela indica, através de dados estatísticos, o público atingido, a evolução do CPP, o monitoramento das ações a serem realizadas, bem como serve de base de dados para implementação de novas capacitações e se as metas foram atingidas.

Também são realizadas reuniões programadas para avaliação dos resultados. Sendo as seguintes reuniões programadas ao longo do ano letivo:

- Reunião do Grupo Gestor, realizada no inicio do ano letivo
- Reunião com a Direção das Unidades, realizadas no primeiro semestre
- Reuniões bimestrais com os Coordenadores Regionais do projeto
- Evento anual de encerramento das atividades do ano, realizado em Novembro ou Dezembro
- Reunião de Avaliação do Grupo Gestor, realizado em Dezembro

MOSTRA DE PROJETOS 2013

•Avaliações dos exercícios simulados realizados mensalmente

Outro indicador são os testemunhos das Diretoras das Unidades que utilizaram os conceitos e orientações do CPP diante de incidente ou acidente que ocorreu no local. Elas puderam colocar em prática as ações do CPP e evitaram a ocorrência de prejuízos e a perda de vidas humanas no local, principalmente crianças e estudantes da Rede Municipal de Ensino.

6. VOLUNTÁRIOS: Constamos com voluntários da Secretaria Municipal da Educação e da Secretaria Municipal da Defesa Social, os quais são definidos no inicio de cada ano letivo. A promoção se dá pela explanação, enfatizando a importância e efetividade do Projeto aos pretensos voluntários.

7. CRONOGRAMA: Em 2005 o projeto começou a ser realizado nas unidades do Núcleo Regional da Educação na Matriz, como projeto piloto. Os resultados foram tão bons que se decidiu ampliá-lo a toda Rede Municipal de Ensino.

Nesse mesmo ano, foi preparado um projeto técnico prevendo a realização de atividades pedagógicas para as crianças e estudantes, o material de apoio (cartilha do CPP) bem como, montagem de Planos de Preparação para Emergências Locais – PPEL, nas unidades da Secretaria Municipal da Educação.

Em 2007 com a primeira etapa, ocorreu o lançamento do Programa em 22 unidades da Secretaria Municipal de Educação. O projeto foi preparado, inicialmente, para a principal ameaça eleita pela equipe da Unidade, o incêndio. Logo, o Plano inicial se conduziu para definir as ações no caso deste incidente ocorrer nos ambientes escolares.

No ano seguinte, 2008, o projeto foi ampliado para mais 31 unidades, totalizando 53 unidades implantadas e desenvolvendo o Plano de Preparação para Emergência Local para utilização em qualquer incidente ou desastre.

Em 2009, o projeto foi implantado em mais 29 unidades, totalizando 82 unidades implantadas.

No ano de 2010, totalizou-se a implantação em 111 unidades. Nesse ano, foi lançado o “Jogo Gigante”, que era uma réplica, em tamanho gigante, do jogo infantil que se encontra na Cartilha do CPP.

Já em 2011, a implantação do projeto alcançou 151 unidades com o projeto implantado.

Em 2012, houve uma grande adesão para implantação do projeto, tendo mais 60 unidades com o projeto implantado, totalizando 211 unidades beneficiadas. Também

MOSTRA DE PROJETOS 2013

nesse ano, foi lançada a ideia da definição de um Mascote para o CPP, sendo definido que cada regional escolheria o seu Mascote.

Nesse ano de 2013, a adesão ao projeto bateu o Recorde, com mais 66 unidades com a implantação, alcançando 277 unidades com o CPP implantado, mais de 221.000 pessoas beneficiadas e aproximadamente 41.000 crianças e estudantes orientados. Também foram definidos os 10 Mascotes do CPP.

9. ORÇAMENTO: Valor anual do curso de combate à incêndio R\$ 26.623,36

Valor anual de aquisição de BIEs R\$ 2.250,00

Valor anual dos cones de sinalização R\$ 38.988,00

Valor anual de aquisição de extintores R\$ 3.304,05

Valor anual de recarga de extintores R\$ 18.736,00

Valor anual das cartilhas (pesquisar última aquisição) R\$ 20.000,00

Valor anual e aproximado dos Kits de sinalização R\$ 150.428,30

Valor de aquisição de empresa gráfica para confecção das carteirinhas: R\$32.500,00

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Todo ano, em virtude do sucesso alcançado, há novas Unidades que desejam a implantação do Projeto. Como há uma metodologia de implantação e manutenção já bem definida, bem como a definição do Grupo Gestor, o CPP é facilmente aplicável às novas Unidades e a manutenção das atividades, naquelas Unidades já implantadas nos anos anteriores, é de forma simples realizada. Para tanto é muito importante definir um Grupo Gestor e capacitá-lo para isso. Esse Grupo é que define as metas do ano, registra as atividades desenvolvidas e avalia os resultados alcançados.

REFERÊNCIAS

- Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996
- Decreto Federal n.º 5.376, de 17 de fevereiro de 2005
- Lei Municipal nº 11.645 de 22 de dezembro de 2005
- Decreto Federal nº 7.257 de 04 de agosto de 2010
- Lei Federal nº 12.608 de 10 de abril de 2012